



[Handwritten signature]

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
16 DE JANEIRO DE 2018

N.º 02/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Prof.
Urbano Salgueiro Vidal. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Voto de Pesar pelas Vítimas do Fogo em Tondela – 13 de janeiro de 2018.....	4
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Adesão do Município na Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.....	4
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Aumento temporário dos fundos disponíveis – Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.....	5
3 – Código de Ética e de Conduta dos Trabalhadores do Município de Santa Marta de Penaguião – Proposta de Alteração.....	8
Serviços de Tesouraria	
4 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 02 a 11 de janeiro de 2018.....	9
UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
Serviço da Educação	
5 – Agrupamento de Escola de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Participação Financeira para Peça de Teatro.....	9
Serviço da Cultura	
6 – Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos – Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça – Pedido de Apoio Financeiro.....	10
7 – IX Edição Noite de Fados e X Edição dos Fins-de-semana Gastronómicos – Autorização da Despesa.....	11



8 – Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos – Pedido de Comparticipação Financeira...	12
9 – Filandorra – Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, CRL – Protocolo de Cooperação.....	13

Serviços do Desporto

10 – Real Clube de Penaguião – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo 2017/2018 – Antecipação do Pagamento da Prestação do Mês de Maio.....	14
---	----

Serviços da Ação Social

11 – Projeto “Missão País” – Autorização da Despesa.....	16
12 – Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho de Santa Marta de Penaguião – Comparticipação Financeira.....	17

PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

13 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	18
---	----



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Voto de Pesar pelas Vítimas do Fogo em Tondela

– 13 de janeiro de 2018

----- 1 – Presente à reunião voto de pesar pelas vítimas do Fogo em Tondela a 13 de janeiro de 2018, apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

----- “As labaredas parecem persistir, e o fogo não tem dado tréguas aos Portugueses. A Associação cultural, recreativa e humanitária de Vila Nova da Rainha – em Tondela – viu-se no passado sábado, dia 13, a braços com uma tragédia que tirou a vida a 8 Tondelenses e feriu 38.

----- Num momento em que pensávamos já ter passado o pior no que concerne a este gênero de flagelos, assistimos mais uma vez ao desenrolar de uma situação para a qual só nos resta transmitir o lamento pela dor dos familiares e amigos de todas as vítimas. -----

----- Fica em todos a ideia de que na realidade os cuidados nunca são demais, mesmo que seja com o desejo “fogo quente” de inverno.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o Voto de Pesar e dar conhecimento do mesmo, aos Senhores Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal de Tondela, ao Senhor Presidente da União de Freguesia Mouraz e Vila Nova da Rainha e ao Senhor Presidente da Direção da Associação Cultural, Recreativa e Humanitária de Vila Nova da Rainha. -**

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Adesão do Município na Federação

Portuguesa do Caminho de Santiago

----- 1 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago é uma associação de carácter cultural



sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção, divulgação, organização e gestão dos Caminhos de Santiago em território nacional. O crescente número de peregrinos nos Caminhos de Santiago é uma realidade, sendo que no ano de 2017, segundo a Oficina do Peregrino, mais de 300.000 utilizadores fizeram os Caminhos Esta Federação pretende ser um local de reflexão e debate para o desenvolvimento de produtos e serviços adequados às necessidades dos seus membros, ou de outros parceiros, interessados na temática dos Caminhos de Santiago. Tem objeto esta Federação, conceber um trabalho que passa por um conjunto de melhorias em torno do caminho de Santiago, havendo a possibilidade da promoção de candidaturas a Fundos Europeus, bem como a outros Fundos Nacionais e Internacionais. -----

----- Faz todo o sentido que o nosso Município faça parte desta federação, uma vez que é local de passagem do Caminho Português Interior de Santiago, contribuindo para este com um albergue, em Bertelo, desta feita, proponho ao executivo municipal que autorize a entrada deste Município na referida Federação." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à adesão do Município como associado da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, de acordo com a proposta e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

Aumento temporário dos fundos disponíveis

– Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-

Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho

----- 2 – Presente à reunião informação do Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- "A Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em



atraso de entidades públicas, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, (LCPA) e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, determina na alínea f) do artigo 3.º e artigo 5.º, respetivamente, que se consideram «Fundos disponíveis» as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos: -----

- a) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes; -----
- b) As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes; -----
- c) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; -----
- d) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes; -----
- e) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei; -----
- f) As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos com participação de fundos Europeus Estruturais e de Investimento e outros programas, cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas; -----
- g) Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA. -----

----- Por sua vez, a Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2018, determina no seu artigo 82.º que no ano corrente, *“na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsector local..., devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas a seis meses seguintes”*, referidas nas alíneas a), b) e d) antes mencionadas. -----

----- Considerando que os “Fundos Disponíveis” não devem exceder os montantes previstos nas subalíneas da alínea f) do artigo 3.º e das alíneas, do n.º 1 do artigo 5.º da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, podendo, de acordo com a exceção prevista no artigo 4.º da mesma LCPA ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pelo órgão executivo; -----

----- Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o artigo 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso; -----

----- Considerando a sazonalidade das receitas do Município e, ser fundamental proceder-se no início do exercício de 2018, à assunção de um conjunto de compromissos destinados à atividade



regular do Município, ao longo de parte do ano civil, tais como, vencimentos, reposição de stocks, comunicações, manutenção de viaturas, rendas, fornecimentos e serviços externos, refeições escolares, seguros, etc., cuja liquidação irá ocorrer fora do período de reporte do cálculo dos Fundos Disponíveis, assim como, o assegurar de todos os compromissos assumidos e não faturados em 2017 que transitaram para 2018 e, verificada a necessidade de Fundos Disponíveis, na presente data para a realização das despesas supracitadas, importa efetuar uma antecipação de receitas próprias e de receitas gerais, destinada à assunção dos referidos compromissos. -----

----- Face ao referido sugere-se, caso mereça a concordância de V.Ex.^a que, nos termos do artigo 4.º da LCPA e considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, seja submetido à consideração do Executivo Municipal, no sentido de que este autorize ao abrigo do disposto na al.^a c) do n.º 1 do supra citado artigo 4.º, o aumento temporário dos fundos disponíveis, a título excecional, de acordo com o quadro que se segue que, em caso de divergência dos valores efetivamente cobrados e ou recebidos, se procederá à correção dos respetivos fundos disponíveis, conforme estipula o n.º 2 do mesmo artigo 4.º mencionado." -----

Aumento temporário dos fundos disponíveis nos termos na Alínea c) artigo 4.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho	
1- Receitas Gerais - Fundos do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS) dos meses de :	Valor a antecipar
Novembro	359 292,25 €
Dezembro	359 292,25 €
Total do Aumento temporário dos fundos disponíveis (1):	718 584,50 €
Fundos disponíveis de Janeiro antes do Aumento temporário (2):	4 599,20 €
Fundos disponíveis de Janeiro depois do Aumento temporário (1) + (2):	723 183,70 €

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o aumento temporário dos fundos disponíveis, nos termos da informação dos serviços.** -----



**Código de Ética e de Conduta dos
Trabalhadores do Município de Santa Marta
de Penaguião – Proposta de Alteração**

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O assédio no local de trabalho é um comportamento indesejado (gesto, palavra, atitude, etc.) praticado com algum grau de reiteração e tendo como objetivo ou o efeito de afetar a dignidade da pessoa ou criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador, que pode assumir a forma de assédio moral ou de assédio sexual. -----

----- O Código do Trabalho (CT), aprovado pela Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, proíbe o assédio e prevê como sancionamento para a sua prática uma contra-ordenação muito grave (artigo 29.º do anexo ao CT). -----

----- Constitui infração disciplinar a prática de assédio por qualquer trabalhador ou trabalhadora, independentemente das funções que desempenha. -----

----- De acordo com a alínea k) do artigo 127.º do anexo ao CT, o Município deve adotar códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho. -----

----- Assim, submete-se consideração de V.ª Ex.ª uma proposta de alteração ao Código de Ética e de Conduta dos Trabalhadores, que se anexa à presente informação e que contém a: -----

- atualização do Preâmbulo com a legislação sobre esta problemática; -----
- introdução de um artigo (14.º) sobre o assédio no trabalho; e -----
- renumeração dos artigos. -----

----- Caso mereça a sua concordância, deverá este assunto ser presente à reunião de Câmara Municipal.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de alteração ao Código de Ética e de Conduta dos Trabalhadores, de acordo com a informação dos serviços.** -----



Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 02 a

11 de janeiro de 2018

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 02 a 11 de janeiro de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	11/01/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais (*)	84 195,02
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	63 860,02
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	20 335,00
			(*) Compromissos	4 858 440,09
Receitas Orçamentais		62 700,14	Operações de tesouraria	22 217,53
Correntes	62 700,14		Saldo para o dia seguinte:	151 152,17
Capital			Execução orçamental	71 456,93
Operações de tesouraria		1 036,63	Operações de tesouraria	79 695,24
Total		257 564,72	Total	257 564,72

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO

AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviço da Educação

Agrupamento de Escola de Santa Marta de Penaguião

– Pedido de Comparticipação Financeira para Peça de Teatro

----- 5 – Presente à reunião ofício do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 35 de 04 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “No âmbito do Plano de Atividades do Agrupamento, para este ano letivo, pretendemos realizar no dia 07 de fevereiro, pelas 10:30 horas, uma Peça de Teatro intitulada “Comunicar em



Segurança”, peça esta que será representada pelos atores da Fundação da Portugal, Telecom (PT). -----

----- Este projeto apareceu em 2009, no seguimento da política de responsabilidade social da Portugal Telecom (PT), cujo principal objetivo é alertar consciências e combater a iliteracia na utilização das tecnologias de informação, sobretudo nos mais jovens. -----

----- Após conhecimento deste projeto o Agrupamento de Escolas abraçou-o para que, desta forma, os alunos estejam sempre consciencializados para o perigo da utilização indevida da ferramenta Internet. -----

----- Neste sentido e perante o exposto, vimos por este meio solicitar a V. Ex.^a a cedência do Auditório Municipal e também a comparticipação financeira para o pagamento da referida peça de Teatro, para cerca de 200 pessoas (duzentas pessoas) a um euro (1€) cada pessoa, à “Associação Solar do Mimo”. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório Municipal, bem como atribuir uma comparticipação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros) à “Associação Solar do Mimo”. -----**

Serviços da Cultura

Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos – Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça – Pedido de Apoio Financeiro

----- 6 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos, registado sob o n.º 66 de 09 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “No dia 2 de Fevereiro, levaremos a efeito mais uma vez a Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça. Fruto da devoção que as pessoas da nossa terra têm na Nossa Senhora da Graça, esta Festa embora de pequena dimensão, é sempre um acontecimento importante. -----

----- Por essa razão teimamos em não deixar morrer esta tradição. -----

----- Assim, vimos por este meio solicitar mais uma vez o apoio financeiro do Município, de modo a diminuir as despesas inerentes à realização da referida festa.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros). -----**



IX Edição Noite de Fados e X Edição dos Fins-de-semana Gastronómicos – Autorização da Despesa

----- 7 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “SANTA MARTA aposta na tradição e a IX edição da Noite de Fados prova isso mesmo. -----

----- Nos dias 16 e 17 Fevereiro os Penaguienses terão a oportunidade de reviver o Fado Português na sua essência histórica e performativa, abrindo mais uma vez as portas às vozes amadoras que se queiram expressar através do fado, nunca esquecendo a presença já obrigatória do Grupo Terras de Penaguião. -----

----- Para além deste evento o Município de Santa Marta de Penaguião, em parceria com a Entidade Portuguesa Turismo Porto e Norte, faz-se representar na X edição dos Fins-de-semana Gastronómicos com a arte de bem receber que nos é intrínseca, aliada ao bom vinho e à boa comida. -----

----- Nas palavras do Dr. Melchior, os fins-de-semana gastronómicos vêm respeitar a nossa ancestralidade e em troca recebemos um legado precioso – o património genético da região e os sabores que os nossos antepassados tão delicadamente souberam criar e transmitir... A doçaria que hoje alterna entre a tradição e a contemporaneidade será sem dúvida uma experiência inesquecível. Também aqui a história escreveu páginas intermináveis de receitas a partir de sabores descobertos nos quatro cantos do Mundo que o transportarão para um imaginário longínquo. -----

----- Considerando a participação do Grupo “ Terras de Penaguião”, do guitarrista e fadista, à atuação do Grupo de Teatro “Renascidos”, as deslocações, refeições, aluguer e som, entrega de lembranças, divulgação e promoção do evento que será realizado em parceria com a Turismo Porto e Norte (ERTPNP). -----

----- Propõe-se ao Executivo Municipal que delibere autorizar a realização de despesas até ao montante de 1.500,00€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 1.000,00€ (mil euros) e proceder à transferência de 500,00€ (quinhentos euros) para o Grupo Regional “Terras de Penaguião”. -----**



Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos

– VI Encontro de Cantadores de Janeiras –

Pedido de Comparticipação Financeira

----- 8 – Presente à reunião ofício do Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos, registado sob o n.º 87 de 11 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “O GCTF, como é de conhecimento de todo o executivo da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, é actualmente a única associação cultural de Fornelos, que com muita actividade tem vindo a divulgar as tradições e principalmente cantigas de “antigamente”. Assim sendo, prosseguir os objectivos do GCTF, é para nós importante realizar anualmente o encontro de janeiras, para divulgação e manter a tradição, divertimento da população, convívio e também intercâmbio entre os grupos de cantares. -----

----- A data do encontro foi sempre escolhida, no dia, ou próximo do dia do Mártir São Sebastião, que é o Santo Padroeiro de Fornelos. Este ano, o dia 20 de janeiro coincide com sábado e por isso foi desde logo a data agendada para o encontro, possibilitando aos Fornelenses residentes e não residentes estarem presentes na missa festiva, tradicional leilão e também no VI Encontro de Cantadores de Janeiras do GCTF. -----

----- A 6 de janeiro de 2017, o GCTF foi com muito gosto, acompanhado do Sr. Presidente da Câmara e outras entidades, cantar as Janeiras na residência oficial do Sr. Primeiro Ministro, à Sr.ª Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa Dr.ª Maria Manuel Leitão Marques, que muito gentilmente nos recebeu. Foi retribuído o convite em Fornelos e é com imensa alegria que o grupo recebeu a notícia da vinda da Sr. Ministra, que pretendemos receber com tradição e para qual planeamos, um almoço tradicional à moda de São Pedro e um lanche aberto a toda a população, público presente e convidados, para o qual solicitamos um apoio financeiro no valor de 1600 euros. -----

----- Desde já muito agradecemos ao Sr. Presidente e restante executivo por todo apoio e carinho.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação no valor de 1.600,00€ (mil e seiscentos euros).** -----



**Filandorra Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção,
Formação e Animação Teatral, CRL – Protocolo de Cooperação**

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O teatro é uma forma de arte, que pela proximidade do ator com o público gera momentos únicos de entretenimento despertando um conjunto de sentimentos e emoções. -----

----- Neste contexto, as companhias de teatro regional assumem um papel preponderante na medida em que dinamizam culturalmente os meios mais pequenos. A Filandorra, já com um percurso de notoriedade, tem ao longo dos anos, feito um trabalho exímio na dinamização cultural e artística da região, tendo-se destacado com público mais jovem através da encenação a partir de textos de literatura para a infância.” -----

----- “O seu trabalho encerra uma acentuada vertente pedagógica, com um forte interesse didático para os vários níveis de ensino, na medida em que, aposta em textos de obras literárias, complementando o trabalho desenvolvido em sala de aula, permitindo assim, que os alunos compreendam mais facilmente os conceitos e conteúdos das obras lecionadas.” -----

----- “Neste sentido, propõe-se que o Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das disposições constantes nas alíneas d) e e) do nº 2 do artigo 23º e nas alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprove o protocolo de cooperação a celebrar com a Filandorra – Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, CRL, e respetiva minuta anexa à presente ata.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor 3.600,00€ (três mil e seiscentos euros), bem como o protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Santa Marta de Penaguião e a Filandorra – Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, CRL, nos termos da proposta.** -----



Serviços do Desporto

Real Clube de Penaguião – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo 2017/2018 – Antecipação do Pagamento da Prestação do mês de Maio

----- 10 – Presente à reunião ofício do Real Clube de Penaguião, registado sob o n.º 41 de 05 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “O Real Clube Penaguião vem por este meio solicitar a antecipação de pagamento da tranche de Maio, alusiva ao vosso apoio financeiro – época 2017/2018, para o mês de janeiro. ---

----- Este pedido deve-se ao facto de a grande parte das despesas incidirem no mês de Janeiro, ao contrário do mês de Maio onde o clube já vê grande parte das suas atividades reduzidas e menos custos associados. -----

----- Confiantes na atenção que dará ao nosso pedido, queira receber os nossos mais distintos cumprimentos.” -----

----- Sobe com informação do Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Real Clube de Penaguião (RCP), vem solicitar que lhe seja antecipado o pagamento para o corrente mês de Janeiro, a última prestação (Maio) da comparticipação financeira referente ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo para a época 2017/2018, fundamentado no facto de que a “grande parte das despesas incidirem no mês de Janeiro, ao contrário do mês de Maio onde o clube já vê grande parte das suas atividades reduzidas e menos custos associados”. -----

----- Nesta conformidade, cumpre informar: -----

----- A Câmara Municipal em sua reunião realizada no dia 10 de Novembro do ano transato, deliberou atribuir uma comparticipação financeira no montante total de 16.600,00€ ao RCP, sendo 5.100,00€ para a modalidade de futebol destinada os escalões de “Benjamins”, de “Infantis” (Juniões D) e para o escalão de “Iniciados” (Juniões C) para a modalidade de Futsal e 11.500,00€ para o campeonato nacional de futsal sénior feminino, no âmbito do programa de desenvolvimento desportivo a realizar na época 2017/2018, apresentado pelo referido Clube. ----



----- De acordo com a Cláusula 3.ª do contrato-programa celebrado em 21 de Novembro daquele ano, o pagamento é efetuado em seis prestações no valor de 2.371,43€ cada (a pagar nos meses de Novembro 2017 a Abril 2018) e uma prestação no valor de 2.371,42€, a pagar no mês de maio de 2018, sendo que já foram pagas ao RCP, três dessas prestações no valor 7.114,29€, faltando pagar quatro prestações no valor de 9.485,71€, ou seja as prestações dos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio. -----

----- Embora o contrato-programa seja omissivo quanto à eventualidade de modificação da referida Cláusula 3.ª, ou seja, quanto à alteração do número de prestações do pagamento da comparticipação ou quanto à antecipação do pagamento de qualquer prestação, entendemos que nada obsta que a mesma possa ser alterada indo ao encontro das pretensões do RCP, desde que mereça a concordância por parte do Município e uma vez que o objeto principal do contrato-programa definido na cláusula 1.ª, não é modificado. -----

----- Importa, contudo, salvaguardar o eventual incumprimento por parte do RCP das obrigações a que está obrigado e que se encontram definidas nas Cláusulas 4.ª e 5.ª, designadamente quanto à execução do programa de atividades e orçamento apresentados, bem como quanto ao prazo da sua execução e do envio ao Município do relatório final sobre a execução do contrato, que determinam a suspensão das comparticipações financeiras e o direito de resolução do contrato, por parte do Município. -----

----- Assim, no seguimento da pretensão do RCP, sugere-se que a importância em débito no valor de 9.485,71€, seja paga em três prestações, sendo duas no valor de 3.162,00€, a pagar em Fevereiro e Março, e a última no valor de 3.161,71€, a pagar em Abril, pelo que, caso mereça a concordância de V.Ex.ª, deverá o assunto ser presente à reunião da Câmara Municipal, para que esta delibere aprovar as alterações das condições de pagamento estabelecidas na Cláusula 3.ª do contrato-programa celebrado entre o Município e o RCP, conforme acima referido." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, as alterações das condições de pagamento estabelecidas na cláusula 3.ª do contrato-programa celebrado entre o Município e o Real Clube de Penaguião, nos termos da informação dos serviços.** -----



Serviços da Ação Social

Projeto “Missão País”

– Autorização da Despesa

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A Missão País é um projeto criado por jovens universitários, que se desenvolve, anualmente, desde 2003, em várias faculdades e consequentemente em várias localidades do país. O Projeto tem uma vertente social e contará com 58 voluntários que irão dinamizar várias atividades direcionadas para as crianças; pessoas com deficiência ou incapacidade; idosos isolados ou em risco e os utentes inseridos nas valências das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Como é apanágio deste Município nada ficará ao caso, a felicidade de cada Penaguiense continua e continuará a ser a nossa grande prioridade. Desta forma, e para que ninguém fique para trás, serão distribuídos por todas as freguesias, desde o dia 3 a 11 de Fevereiro, várias equipas de voluntários de forma a fazerem visitas à comunidade em geral mas de uma forma muito especial aos nossos idosos, às crianças e a todas as pessoas que de uma forma ou de outra estejam a passar por dificuldades. -----

----- O Projeto Missão País para além da parceria com o Município de Santa Marta de Penaguião contará com o apoio das IPSS's, grupos de jovens, Contrato Local de Desenvolvimento Social 3 G, Juntas de Freguesia e do corpo nacional de escutas de Fontes. -----

Para além desta vertente social, o projeto inclui, ainda, a vertente católica, visto que tem como princípio levar os valores cristãos às localidades por onde passam, através do testemunho da fé, serviço e caridade. -----

----- Face ao exposto e considerando que será necessário assegurar algumas despesas inerentes com o projeto Missão País, propõe-se ao Executivo Municipal que aprove a despesa até ao valor de 2.500,00 Euros.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros).** -----



**Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho de
Santa Marta de Penaguião – Comparticipação Financeira**

----- 12 – Presente à reunião informação dos Serviços de Proteção Civil Municipal, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o protocolo de cooperação celebrado entre o Município de Santa Marta de Penaguião e as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho e, tendo em consideração, que os bombeiros são o primeiro agente de proteção civil, na defesa da vida e dos bens da população, deve, a Câmara Municipal, ao abrigo do nº 1 da Cláusula 3ª do referido protocolo, definir a comparticipação financeira para o ano de 2018 a atribuir às associações de acordo com o nº 2 da Cláusula referida” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) a cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho e proceder ao pagamento de acordo com a Clausula 3.ª do protocolo celebrado a 11 de maio de 2015.** -----

PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

----- Em conformidade com o disposto no artigo 10.º do Regimento da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, estiveram presentes na reunião, na sequência das inscrições prévias: -----

----- Anabela Martins Morais; -----

----- Maria Aurora Gonçalves; -----

----- Jorge Borges de Carvalho, em representação da Empresa Construtora do Marão; -----

----- António José Guedes de Sousa e; -----

----- Jóni André Borges Madureira. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta a ordem das inscrições deu a palavra à Senhora Dr.ª Anabela Martins Morais, que explanou o assunto de substituição da cobertura do

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 02 de 16 de janeiro de 2018

Edifício Central – sito na Rua dos Combatentes, n.ºs 8 a 22, da Vila de Santa Marta de Penaguião, levada a cabo pelo condomínio, com processo entrado nos Serviços do Município. ---


----- Sendo um assunto particular, o Senhor Presidente da Câmara, informou a Senhora Dr.^a Anabela Martins Morais, que iria ser extraído um verbete desse mesmo assunto e remetido ao Vereador do Pelouro, nos termos do Regimento da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----


----- De seguida o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos restantes munícipes presentes, a fim de exporem os seus assuntos, tendo os mesmos dito que nada tinham a apresentar e que apenas pretendiam assistir à reunião. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 13 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)